

# PREGÃO ELETRÔNICO

90001/2026

## CONTRATANTE (UASG)

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MATO GROSSO DO SUL – Crea-MS  
(389086)

## OBJETO

Contratação de empresa de engenharia ou arquitetura, para fiscalização e acompanhamento da execução da obra de revitalização e ampliação do novo bloco 04 da sede do Crea-MS.

## VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 140.996,16 (Cento e quarenta mil e novecentos e noventa e seis reais e dezesseis centavos).

## DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 18/06/2026 às 9h30 (horário de Brasília)

## CRITÉRIO DE JULGAMENTO

MENOR PREÇO POR GRUPO

## MODO DE DISPUTA:

ABERTO

## PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br  
e apresente sua proposta!

## Sumário

1. DO OBJETO .....	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	5
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA .....	8
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .....	9
6. DA FASE DE JULGAMENTO .....	14
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	17
8. DOS RECURSOS .....	20
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....	21
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	23
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	24





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA**  
**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026**

(Processo Administrativo nº P2025/063078-2)

Torna-se público que o **CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MATO GROSSO DO SUL (Crea-MS)**, por meio do setor de compras e contratos e agente de contratação designada por meio da Portaria n. 007, de 25 de janeiro de 2024, sediado na Rua Sebastião Taveira, 268, bairro São Francisco, em Campo Grande-MS, CEP 79010-480, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

## **1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa de engenharia ou arquitetura, para fiscalização e acompanhamento da execução da obra de revitalização e ampliação do novo bloco 04 da sede do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Mato Grosso do Sul – Crea-MS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

## **2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, 1º de abril de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#) e do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, 1º de abril de 2021](#).

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.3 e 2.6.2 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 3.6.3 e 2.6.2 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente

os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.12.1 deste Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#).

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, 1º de abril de 2021](#).

3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, 1º de abril de 2021](#), e neste Edital.



3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.



#### 4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor unitário e total do item;

4.1.2. quantidade total do item indicada no Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas



necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O **intervalo mínimo** de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de R\$ 5,00**.

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.



5.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna

própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015](#).

5.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, 1º de abril de 2021](#), nesta ordem:

5.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.21.2.2. empresas brasileiras;

5.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.22.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.22.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item e 3.6 deste edital.

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.6.1. conter vícios insanáveis;

- 6.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 6.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o *caput*, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.8. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.8.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

6.8.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

6.8.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.8.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha



por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.10.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado.



Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## 7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, 1º de abril de 2021](#).

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia desde que expressamente indicado pela Administração.

7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#)).

7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, art. 7º, caput](#)).

7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

7.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, art. 64](#), e [Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022, art. 39, §4º](#)):

7.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.12.1.

7.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015).

7.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## 8. DOS RECURSOS

- 8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, 1º de abril de 2021.
- 8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
  - 8.3.1.1. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a **20 (vinte) minutos**.
  - 8.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
  - 8.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, 1º de abril de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://transparencia.creams.org.br/>, podendo, também, serem solicitados através do e-mail [licitacoes@creams.org.br](mailto:licitacoes@creams.org.br)

## 9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- 9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 9.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
  - 9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
  - 9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
  - 9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
  - 9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
  - 9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - 9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 9.1.5. fraudar a licitação
- 9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
  - 9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  - 9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  - 9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, 1º de abril de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 9.2.1. advertência;
- 9.2.2. multa;
- 9.2.3. impedimento de licitar e contratar e



9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 5% do valor do contrato lícitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 10% do valor do contrato lícitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Federal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração,





descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, 1º de abril de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do endereço eletrônico [licitacoes@creams.org.br](mailto:licitacoes@creams.org.br).

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://transparencia.creams.org.br/>.

11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

- 11.11.1.1. Apêndice I do Termo de Referência - Topografia;
- 11.11.1.2. Apêndice II do Termo de Referência - Sondagem;
- 11.11.1.3. Apêndice III do Termo de Referência - Laudo de fundações;
- 11.11.1.4. Apêndice IV do Termo de Referência – Parte 1 - PE Arquitetônico – BL 04;
- 11.11.1.5. Apêndice IV do Termo de Referência – Parte 2 - PE Arquitetônico – BL 04;
- 11.11.1.6. Apêndice V do Termo de Referência - PE Estruturas e fundações – BL 04;
- 11.11.1.7. Apêndice VI do Termo de Referência - PE Paisagismo – BL 04;
- 11.11.1.8. Apêndice VII do Termo de Referência - PE Estruturas metálicas – BL 04;
- 11.11.1.9. Apêndice VIII do Termo de Referência - PE Instalações elétricas – BL 04;
- 11.11.1.10. Apêndice IX do Termo de Referência - PE Rede lógica – BL 04;
- 11.11.1.11. Apêndice X do Termo de Referência - PE Instalações fotovoltaicas – BL 04;
- 11.11.1.12. Apêndice XI do Termo de Referência - PE Instalações de combate a incêndio e pânico – BL 04;
- 11.11.1.13. Apêndice XII do Termo de Referência - Parte 1 - PE Instalações hidrossanitárias – BL 04;
- 11.11.1.14. Apêndice XII do Termo de Referência - Parte 2 - PE Instalações hidrossanitárias – BL 04;
- 11.11.1.15. Apêndice XII do Termo de Referência - Parte 3 - PE Instalações hidrossanitárias – BL 04;
- 11.11.1.16. Apêndice XII do Termo de Referência - Parte 4 - PE Instalações hidrossanitárias – BL 04;
- 11.11.1.17. Apêndice XII do Termo de Referência - Parte 5 - PE Instalações hidrossanitárias – BL 04;
- 11.11.1.18. Apêndice XIII do Termo de Referência - Parte 1 - PE SPDA – BL 04;
- 11.11.1.19. Apêndice XIII do Termo de Referência - Parte 2 - PE SPDA – BL 04;
- 11.11.1.20. Apêndice XIV do Termo de Referência - PE Entrada de energia – BL 04;
- 11.11.1.21. Apêndice XV do Termo de Referência - PE Climatização – BL 04;
- 11.11.1.22. Apêndice XVI do Termo de Referência – Planilha orçamentária da obra – BL 04;
- 11.11.1.23. Apêndice XVII do Termo de Referência – Cronograma físico-financeiro da obra – BL 04;



11.11.1.24. Apêndice XVIII do Termo de Referência – Modelo planilha orçamentária – BL 04;

11.11.1.25. Apêndice XIX do Termo de Referência – Modelo cronograma de execução – BL 04;

11.11.1.26. Apêndice XX do Termo de Referência – Modelo composição de BDI – BL 04;

11.11.2. Anexo II – Modelo da Proposta de Preços;

11.11.3. Anexo III – Minuta de Termo de Contrato.

11.11.4. Anexo IV – Minuta do Termo de Conformidade à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD.

Campo Grande/MS, 27 de maio de 2026.

**Eng. Agrim. VÂNIA ABREU DE MELLO**  
**Presidente do Crea-MS**





Documento assinado eletronicamente por **VANIA ABREU DE MELLO, Presidente**, em **28/05/2026**, às **14:33**, conforme horário oficial de Campo Grande, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [DECRETO Nº 10.543, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2020](#)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

(Processo Administrativo nº P2025/063078-2)

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. **Contratação de empresa de engenharia ou arquitetura, para fiscalização e acompanhamento da execução da obra de revitalização e ampliação do novo bloco 04 da sede do Crea-MS, conforme especificações abaixo:**

Quadro 01 - Especificações de serviços

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	CATSER	GRUPO	UND.	QTD.	VLR. UNIT. (R\$)	VLR. TOTAL (R\$)
1.	Fiscalização e acompanhamento da obra de reforma do novo bloco 04 da sede do Crea-MS em Campo Grande, por <b>Engenheiro (a) Civil ou Arquiteto (a) e Urbanista</b> na modalidade civil.	23060	839	H	480,00	R\$ 163,19	R\$ 78.331,20
2.	Fiscalização e acompanhamento da obra de reforma do novo bloco 04 da sede do Crea-MS em Campo Grande, por <b>Engenheiro (a). Eletricista</b> na modalidade elétrica.	23060	839	H	240,00	R\$ 163,19	R\$ 39.165,60
3.	Fiscalização e acompanhamento da obra de reforma do novo bloco 04 da sede do Crea-MS em Campo Grande, por <b>Engenheiro (a). Mecânico (a)</b> na modalidade mecânica.	23060	839	H	144,00	R\$ 163,19	R\$ 23.499,36

Fonte - Estudo Técnico Preliminar

- 1.2. O prazo de vigência da contratação será de 11 (onze) meses, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- 1.3. Este termo de referência oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação;
- 1.4. O objeto norteador deste documento, baseou-se no estudo técnico preliminar e projetos de engenharia e arquitetura, executados a esta administração pela empresa contratada Econômica Engenharia e Obras LTDA (contrato n. 006/2025), a partir da observação das necessidades construtivas da edificação; e
- 1.5. Processo Administrativo nº P2025/063078-2.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. Justifica-se a contratação deste serviço, por se tratar de uma atividade de extrema importância para fiscalização da obra de modernização da edificação sede do conselho,

Rua Sebastião Taveira, 268, Bairro São Francisco • CEP 79010-480 • Campo Grande - MS

Fone: 0800 368 1000 • Site: [www.creams.org.br](http://www.creams.org.br) • E-mail: [creams@creams.org.br](mailto:creams@creams.org.br)



visando de forma geral, atender as necessidades construtivas do imóvel e trazer bem-estar aos usuários do empreendimento.

2.2. Da identificação do local

- 2.2.1. A sede do conselho esta alocada na Rua Sebastião Taveira, n. 268 - São Francisco, Campo Grande - MS;
- 2.2.2. A obra do novo bloco 04 da sede do conselho, está referenciada conforme imagem abaixo:

Imagem 01 - Local da obra



Fonte - Referência in loco

2.3. Da fiscalização e acompanhamento

- 2.3.1. Cumpre destacar, que este conselho não possui contingente profissional em seu quadro técnico para fiscalização completa da execução da obra, cabendo tão somente a instrução do processo, fiscalização do contrato a ser firmado, orientação dos serviços e autorização de atividades.
- 2.3.2. As atividades de fiscalização e acompanhamento das obras serão desenvolvidas de forma a verificar o andamento, qualidade e sua compatibilidade com o cronograma físico-financeiro estabelecido no projeto, observadas as especificações técnicas e demais disposições deste Termo de Referência.
- 2.3.3. Além disto, as demandas para justificar a fiscalização desta obra, estão pautadas no:
- a. Prazo de execução da obra;
  - b. Assiduidade para fiscalização da obra;
  - c. Atividades de média a alta complexidade com variadas áreas de atuação; e
  - d. Demanda diária de serviços a serem fiscalizados.

2.4. Do enquadramento do objeto



- 2.4.1. Classificaremos as atividades a serem contratadas como “**serviço comum de engenharia**” a partir do que se indica a alínea “a” do inciso XXI do Art. 6º da Lei 14.133/2021, por estabelecer que:

*“a) serviço comum de engenharia: todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens;”*

2.5. Da justificativa da adjudicação do objeto por grupo

- 2.5.1. O agrupamento acarretará na vantagem à administração, na medida em que se gera economia de escala, pois implica em aumento de quantitativos e redução de preços a serem pagos, bem como despertará um maior interesse nos fornecedores em participar do certame em relação a esses itens, estimulando, desse modo, a competitividade.

- 2.5.2. A contratação por Grupo não tem a finalidade de reduzir o caráter competitivo da licitação, visa tão somente, assegurar a gerência segura da contratação, e principalmente, assegurar, não só a mais ampla competição necessária em um processo licitatório, mas também, atingir a sua finalidade e efetividade, que é a de atender com qualidade e celeridade as necessidades da Administração Pública.

- 2.5.3. O agrupamento visa obter ganho de economia de escala, indo ao encontro do princípio da economicidade.

2.6. Do alinhamento com planejamento

- 2.6.1. O alinhamento entre a contratação e o cronograma de aquisições 2026 encontra-se respaldado pelo Plano de Contratação Anual - PCA 2026 do Crea-MS; e

- 2.6.2. Demanda: 389086-14/2026.

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO CICLO DE VIDA DO OBJETO**

- 3.1. A solução para a problemática entorno da “necessidade de fiscalização na execução da obra”, passa por algumas características de integração entre os blocos existentes e o que se almeja construir;

3.2. Da área do bloco 04

- 3.2.1. A execução deste objeto, deverá atender ao pré-disposto estabelecido no estudo técnico preliminar, em conformidade com as definições do termo de referência.

- 3.2.2. A edificação sede do Crea-MS, possui como composição de suas áreas de distribuição no bloco 04:

**Quadro 02** - Especificações das áreas

Local	Tipo	Área
Térreo	Construir	177,93
	Reforma	296,96
2º Pavimento	Construir	207,00
	Reforma	96,06
Geral	Construir	275,54
	Reforma	846,49
	Total	207,00
		1053,49

Fonte - Projeto legal

3.2.3. O foco desta contratação será o **bloco 04**, que passará por um *retrofit* com ampliação.

3.3. Da edificação existente do bloco 04

3.3.1. O bloco 04, atualmente, é composto por um (a):

- a) Almojarifado;
- b) Sala de equipamentos de manutenção predial;
- c) Depósito de equipamentos;
- d) Banheiro social; e
- e) Arquivoteca.

3.3.1.1. O local caracteriza-se da seguinte maneira:

Imagem 02 e 03 - Estética atualmente do bloco 04



Fonte - In loco

3.3.2. Das atividades a serem fiscalizadas para revitalização da edificação do bloco 04

3.3.2.1. **Da fiscalização para soluções arquitetônicas e interiores**

- a) A revitalização do bloco 04, terá a utilização e reaproveitamento de parte da edificação existente;
- b) Um dos principais quesitos explorados, foram as soluções estéticas de arquitetura externa e interna, que trarão um novo ar ao conselho, conforme imagens abaixo:

Imagem 04, 05, 06 e 07 - Estética da arquitetura



Fonte - Projeto executivo

- c) Diretrizes exploradas para os ambientes externos:
  - i. Execução de lixeira seletiva;
  - ii. Estacionamento com piso grama;
  - iii. Casa de equipamentos de manutenção;
  - iv. Paisagismo local;
  - v. Iluminação natural;
  - vi. Acessibilidade com rampas e escadas; e
  - vii. Local para locação de grupo gerador.
- d) Diretrizes exploradas para os ambientes internos:
  - i. Conforto térmico e acústico;
  - ii. Foyer para auditório com churrasqueira, pia, geladeira, fogão e bancada;
  - iii. Auditório com divisória móvel central;
  - iv. Almojarifado;
  - v. Sala de descanso e copa para empregados;
  - vi. Vestiários masculino e feminino;
  - vii. DML;
  - viii. Arquivoteca;
  - ix. Sala de reunião;
  - x. Salão para ambiente corporativo;
  - xi. Grupo de banheiros; e
  - xii. Passarela suspensa de ligação.

### 3.3.2.2. Da fiscalização para soluções estruturais e concepção da arquitetura

- a) Através do laudo de fundações existentes e execução de sondagem do local, a empresa contratada, inclinou-se para:
  - i. Não utilização das fundações existentes;
  - ii. Estudo para utilização de fundação do tipo estaca raiz junto ao novo bloco;
  - iii. Estudo para utilização de pilares, vigas e lajes pré-moldadas junto ao novo bloco; e
  - iv. Estudo para utilização de estruturas metálicas junto ao novo bloco.
- b) A concepção estrutural, está fixada no que se demonstra:

**3.3.2.3. Da fiscalização para soluções de instalações e concepção da arquitetura**

a) Instalações elétricas

- i. Realocação de QGBT;
- ii. Reorganização de entrada de energia;
- iii. Passagem das instalações elétricas no bloco 4 através de piso elevado do 2º Pavimento;
- iv. Nova QTA; e
- v. Instalação e infraestrutura de grupo gerador.

b) Instalações hidrossanitárias

- i. Instalações de água fria apenas;
- ii. Entrada de água será mantida;
- iii. Instalações pluviais do bloco 04 serão executadas por meio de sistema de calhas e rufos;
- iv. Instalações de esgoto serão da forma convencional; e
- v. Sistema de drenagem dos pisos será executada em paralelo ao piso grama do estacionamento.

c) Instalações de climatização

- i. Instalações por meio do sistema VRF;
- ii. Condensadoras serão alocadas sobre os cobogós do bloco de banheiros; e
- iii. Climatização por meio do sistema de condicionadores de ar piso teto.

d) Instalações de cabeamento estruturado

- i. Cabeamento estruturado por meio do sistema de fibras;
- ii. Cada estação de trabalho do 2º pavimento terá 02 pontos de lincagem;
- iii. Sistema estará ligado ao CPD alocado no bloco 01;
- iv. Serão instalados pontos de Switch;
- v. Térreo terá pontos de Wi-fi; e
- vi. Toda infraestrutura será alocada por meio do piso elevado do 2º pavimento.

e) Instalações de som e vídeo

- i. Sistema de som e vídeo para auditório do bloco 04;
- ii. Serão previstos pontos e mesas com saída VGA e HDMI;
- iii. Será previsto Datashow e pontos de TV.



f) Instalações de VSS e controle de acesso

- i. As portas terão acesso por meio de leitor biométrico facial; e
- ii. Os acessos estarão sujeitos aos pontos definidos no cabeamento estruturado.

g) Instalações de SPDA

- i. As instalações de aterramento serão alocadas por toda edificação; e
- ii. Este sistema terá a função de prevenir contra descargas atmosféricas.

h) Instalações de PCIP

- i. Instalações do corpo de bombeiro contra incêndio e pânico;
- ii. Previsão de extintores redistribuídos;
- iii. Previsão de sistemas de iluminação de emergência e sinalização redistribuída;
- iv. Previsão de reservatório tipo taça para atendimento do bloco 04 e toda edificação;
- v. Previsão de sistema de sprinters; e
- vi. Previsão de casa de máquinas com bombas, para pressurização do sistema de incêndio.

3.3.3. Da estimativa de serviços a serem fiscalizados em planilha

3.3.3.1. A composição **macro** dos serviços para execução da obra, está distribuída da seguinte forma:

**Quadro 03** - Características dos serviços a serem contratados

MACRO ITEM	DESCRIÇÃO	MODALIDADES
1.	SERVIÇOS PRELIMINARES E INSTALAÇÕES FIXAS DE CANTEIRO	CIVIL
2.	LOCAÇÕES E CONSUMO DE CANTEIRO	CIVIL
3.	FUNDAÇÕES	CIVIL
4.	ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO	CIVIL
5.	ALVENARIAS E VEDAÇÕES	CIVIL
6.	IMPERMEABILIZAÇÕES	CIVIL
7.	COBERTURA	CIVIL
8.	ESQUADRIAS	CIVIL
9.	CONTRAPISOS E REVESTIMENTOS ARGAMASSADOS	CIVIL
10.	INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS	CIVIL
11.	INSTALAÇÕES DE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO	CIVIL
12.	INSTALAÇÕES DE CLIMATIZAÇÃO	MECÂNICA
13.	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	ELÉTRICA
14.	INSTALAÇÕES DE REDE LÓGICA (DADOS / VOZ / CONTROLE / CFTV)	ELÉTRICA
15.	SPDA	CIVIL
16.	SISTEMA FOTOVOLTAICO	ELÉTRICA
17.	LOUÇAS E METAIS SANITÁRIOS	CIVIL
18.	ACABAMENTOS	CIVIL
19.	ACESSIBILIDADE	CIVIL
20.	PAISAGISMO	CIVIL
21.	SERVIÇOS COMPLEMENTARES	CIVIL
22.	ADMINISTRAÇÃO DE OBRA	TODOS

Fonte - ETP

- 3.3.3.2. Para análise do objeto, serão anexados junto a este processo licitatório, em relação ao novo bloco 04:
- a) TR - Anexo I - Levantamento Topográfico;
  - b) TR - Anexo II - Estudo Técnico de Sondagem;
  - c) TR - Anexo III - Laudo de Fundações Existentes;
  - d) TR - Anexo IV - Projeto Arquitetônico contemplando Acessibilidade;
  - e) TR - Anexo V - Projeto de Estruturas de Concreto Armado;
  - f) TR - Anexo VI - Projeto de Paisagismo;
  - g) TR - Anexo VII - Projeto de Estruturas Metálicas;
  - h) TR - Anexo VIII - Projeto de Instalações Elétricas;
  - i) TR - Anexo IX - Projeto de Instalações de Cabeamento Estruturado (Lógica, Voz, Dados, CFTV, Controle de acesso, Som e Vídeo);
  - j) TR - Anexo X - Projeto de Instalações de Energia Solar;
  - k) TR - Anexo XI - Projeto de Instalações de Proteção Contra Incêndio e Pânico;
  - l) TR - Anexo XII - Projeto de Instalações Hidrossanitárias;
  - m) TR - Anexo XIII - Projeto de Instalações de SPDA;
  - n) TR - Anexo XIV - Projeto de Instalações de Entrada de Energia;
  - o) TR - Anexo XV - Projeto de Climatização;
  - p) TR - Anexo XVI - Planilha orçamentária; e
  - q) TR - Anexo XVII - Cronograma de obra.
- 3.3.3.3. Os demais documentos técnicos serão disponibilizados a empresa contratada após término deste certame.

#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

- 4.1. Alguns fatores deverão ser levados em consideração para elaboração dos documentos que caracterizam este objeto como sendo sustentabilidade, subcontratação, garantia da contratação e vistoria.
- 4.2. Dos termos para aplicação da sustentabilidade
- 4.2.1. Para este instrumento, deverá ser observado as legislações e normativas vigentes quanto a sustentabilidade no âmbito da geração de resíduos, conforme previsto pela administração pública no inciso IV do art. 11, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
- 4.2.2. Deverá ser verificado, conforme disposto no guia prático de licitações sustentáveis da consultoria jurídica da união do estado de São Paulo - AGU - 5ª Edição, Março/2013, para execução da contratação:
- 4.2.2.1 Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
  - 4.2.2.2 Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
  - 4.2.2.3 Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local; e

- 4.2.2.4 Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais.
- 4.3. Da subcontratação
- 4.3.1 Não serão permitidas subcontratações para este certame.
- 4.4. Da participação em consórcio
- 4.4.1 Será permitida a participação nesta licitação na forma de consórcio entre as empresas interessadas, conforme art. 15 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, devendo estas cumprirem:
  - 4.4.1.1 Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
  - 4.4.1.2 Indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a administração;
  - 4.4.1.3 Admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado; e
  - 4.4.1.4 Responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.
- 4.4.2 O consórcio deverá possuir acréscimo de 15% (quinze por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira.
- 4.4.3 O acréscimo previsto no item anterior não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.
- 4.4.4 O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio.
- 4.4.5 A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.
- 4.5. Da garantia de contratação
- 4.5.1. Não será exigida garantia para esta contratação.
- 4.6. Da vistoria in loco
- 4.6.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado visando a apresentação de propostas, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por empregado do Crea-MS, de segunda à sexta-feira, das 12 horas às 18 horas, podendo ser previamente agendado através do contato 0800 368 1000 - ramal 1088.



- 4.6.2. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 4.6.3. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 4.6.4. Enfatiza-se que **a não realização da vistoria** não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus das atividades decorrentes.
- 4.6.5. Para efeito de comprovação, será emitido pelo Conselho, um termo de vistoria indicando a visita in loco da empresa interessada.
- 4.7. Da apresentação de propostas
- 4.7.1. Para a proposta orçamentária, ao qual deverão ser seguidas pelas interessadas, constará neste TR, os anexos:
- a) TR - Anexo XVIII - Modelo de planilha orçamentária;
  - b) TR - Anexo XIX - Modelo de cronograma de execução; e
  - c) TR - Anexo XX - Modelo de aplicação de BDI.
- 4.7.2. Estes modelos a serem seguidos, precisarão ser preenchidos pela proponente para apresentação da proposta de preço, item por item.
- 4.7.3. Deverá ser observado o valor total teto de cada item, conforme planilha orçamentária estimada pela administração pública.
- 4.7.4. Estes valores supramencionados, são meramente estimativos e possuem como única finalidade subsidiar as interessadas a elaborarem suas propostas, sendo estes os máximos admitidos por esta administração.
- 4.7.5. No preço proposto deverão estar inclusos todos os custos diretos e indiretos para a entrega dos serviços, inclusive as despesas com equipe técnica, transportes e deslocamentos até o local, gastos decorrentes dos mesmos, materiais, mão de obra especializada ou não, segurança em geral, equipamentos, ferramentas técnicas de trabalho, encargos da legislação social, trabalhista, previdenciária e responsabilidade civil, por quaisquer danos causados a terceiro ou dispêndios resultantes de taxas, regulamentos e impostos municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para execução total e completa dos serviços, sem que lhe caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação ao Crea-MS nem qualquer outro pagamento adicional.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A execução do objeto seguirá a dinâmica pré-estabelecida no que concerne, por etapa, as seguintes diretrizes:

### 5.1.1 Dos quantitativos estimados

5.1.1.1 Os quantitativos, orçamentos e cronograma de fiscalização da obra, basearam-se na planilha orçamentária e cronograma de execução, realizado pela empresa de projetos Econômica Engenharia e Obras LTDA (contrato n. 006/2025).

5.1.1.2 Sendo assim, infere-se abaixo três modalidades de fiscalização:

**Quadro 04** - Serviços de fiscalização

FONTE	CÓDIGO	TIPO	UNIDADE
		<b>MODALIDADE CIVIL</b>	
SINAPI	90778	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H
		<b>MODALIDADE ELÉTRICA</b>	
COMPOSIÇÃO	CPU001	ENGENHEIRO ELETRICISTA DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H
		<b>MODALIDADE MECÂNICA</b>	
COMPOSIÇÃO	CPU002	ENGENHEIRO MECÂNICO DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H

Fonte - ETP

5.1.1.3 A fiscalização da obra, terá as seguintes horas dimensionadas:

**Quadro 05** - Distribuição das horas de fiscalização

FONTE	CÓDIGO	ORDEM	TIPO	UNIDADE	QUANTIDADE
		1.	<b>SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRA</b>		
		1.1	<b>MODALIDADE CIVIL</b>		
SINAPI	90778	1.1.1	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	480,00
<b>Memória de cálculo:</b> Horas diárias: 2 horas/dia; Horas semanais: 12 horas/semana; Horas mensais: 48 horas/mês; Meses de trabalho: 10 meses. Horas de trabalho: 48 x 10 = 480 horas					
		1.2	<b>MODALIDADE ELÉTRICA</b>		
COMPOSIÇÃO	CPU001	1.2.1	ENGENHEIRO ELETRICISTA DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	240,00
<b>Memória de cálculo:</b> Horas diárias: 2 horas/dia; Horas semanais: 12 horas/semana; Horas mensais: 48 horas/mês; Meses de trabalho: 5 meses. Horas de trabalho: 48 x 4 = 240 horas					
		1.3	<b>MODALIDADE MECÂNICA</b>		
COMPOSIÇÃO	CPU002	1.3.1	ENGENHEIRO MECÂNICO DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	144,00
<b>Memória de cálculo:</b> Horas diárias: 2 horas/dia; Horas semanais: 12 horas/semana; Horas mensais: 48 horas/mês; Meses de trabalho: 3 meses. Horas de trabalho: 48 x 3 = 144 horas					

Fonte - ETP

### 5.1.2 Do cronograma de fiscalização

- 5.1.2.1 O cronograma de execução seguirá o pré-disposto das atividades previstas e elaboradas para os 10 (dez) meses de execução da obra.

Quadro 06 - Serviços de fiscalização

MODALIDADE	MÊS 01	MÊS 02	MÊS 03	MÊS 04	MÊS 05	MÊS 06	MÊS 07	MÊS 08	MÊS 09	MÊS 10
CIVIL	48 horas	48 horas	48 horas	48 horas	48 horas	48 horas	48 horas	48 horas	48 horas	48 horas
ELÉTRICA	-	-	-	-	-	48 horas	48 horas	48 horas	48 horas	48 horas
MECÂNICA	-	-	-	-	-	-	-	48 horas	48 horas	48 horas

Fonte - ETP

- 5.1.2.2 Trata-se aqui de um cronograma estimativo, devendo em caso de necessidade de alteração do mesmo, o pré-aviso a administração para mudança de futuras medições.
- 5.1.2.3 A contratada deverá iniciar a execução dos serviços no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da emissão da Ordem de Serviço - OS.
- 5.1.3 Dos horários para execução do objeto
- 5.1.3.1 A obra deverá ocorrer nos horários pré-definidos pela administração, com o mínimo de:
- a) Segunda à Sexta-Feira: 7 horas às 17 horas; e
  - b) Sábado: 8 horas às 12 horas.
- 5.1.3.2 Atividades a serem executadas em domingos e feriados, quando de forma excepcional, deverão ser previamente autorizadas pela administração pública; e
- 5.1.3.3 Quando da execução do objeto, em se tratando de interesse de ambas as partes, os horários supracitados poderão ser alterados, sem prejuízo das atividades ora contratadas.
- 5.1.4 Das equipes técnicas
- 5.1.4.1 A empresa contratada deverá possuir equipe técnica compatível com as principais atividades a serem executadas;
- 5.1.4.2 A utilização de EPI e EPC são de extrema importância para manutenção da segurança no canteiro de obra;
- 5.1.4.3 As atividades diárias da obra, deverão ser preenchidas todos os dias no DO - Diário de Obra, e assinada pelos Responsáveis técnicos; e
- 5.1.4.4 A administração da obra deverá ser mantida e gerenciada diariamente pelos responsáveis técnicos, sem que possam ser atribuídas estas responsabilidades a aqueles sem capacitação técnica.
- 5.1.5 Das particularidades do contrato
- 5.1.5.1 Alguns serviços específicos da disciplina de rede lógica e climatização serão executados por meio de licitações separadas do certame da obra, mas que integrarão a execução da obra;
- 5.1.5.2 No caso da rede lógica, a empresa vencedora do certame da obra do bloco 04 executará a parte de infraestrutura desta disciplina, enquanto a empresa a ser

contratada em outra licitação executará o sistema mais específico da disciplina sendo estes, o cabeamento, dispositivos e equipamentos.

5.1.5.3 No caso da climatização, a empresa vencedora do certame da obra do bloco 04 executará a parte de infraestrutura desta disciplina, enquanto a empresa a ser contratada em outra licitação executará o sistema específico de VRF e equipamentos de ventilação.

5.1.5.4 Todas estas atividades serão concomitantes a execução da obra, ou seja, serão parte integrante do objeto, e suas atividades deverão ser fiscalizadas pela empresa deste certame.

5.1.5.5 É interessante que os fiscais de obras, das devidas modalidades da empresa a ser contratada, possuam (não obrigatoriamente) experiência ou expertise com obras públicas, devido a suas particularidades intrínsecas, em relação as obras privadas.

#### 5.1.6 Da comunicação entre as partes

5.1.6.1 A comunicação formalizada entre a contratante e a contratada deverá ser realizada por meio de endereço eletrônico a ser fornecido após período de licitação.

5.1.6.2 Toda e qualquer situação estranha a plena atividade ou anormal a execução do objeto, deverá ser informada a fiscalização do contrato ou comissão de fiscalização.

#### 5.2. Dos procedimentos de transição e finalização do contrato

5.2.1. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se simplesmente das seguintes etapas:

- a) O Responsável Técnico pela execução dos serviços deverá realizar a orientação quanto a execução do objeto antes do início da realização dos serviços; e
- b) O Responsável Técnico deverá realizar as visitas técnicas para verificação do bom andamento e execução das atividades, até a entrega do serviço.

5.2.2. O intuito dos procedimentos de transição, são as transmissões de conhecimento acerca do objeto contratado, visando a boa execução do mesmo.

### 6. **DA GESTÃO DO CONTRATO**

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, sempre que necessário.

#### 6.3 Das obrigações da CONTRATADA:

##### 6.3.1 Das obrigações gerais

6.3.1.1 Executar os serviços conforme especificações deste certame e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas

contratuais, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste termo de referência e em sua proposta;

- 6.3.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 6.3.1.3 A responsabilidade de que trata o subtópico anterior inclui a reparação por todo e qualquer dano causado a este conselho, devendo, em qualquer caso, a contratada ressarcir imediatamente a administração em sua integralidade;
- 6.3.1.4 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 6.3.1.5 Vedar a utilização e participação, para execução dos serviços, de empregados que sejam familiares de agente público, ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante;
- 6.3.1.6 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à contratante;
- 6.3.1.7 Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 6.3.1.8 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela contratante;
- 6.3.1.9 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 6.3.1.10 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 6.3.1.11 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este termo de referência, no prazo determinado;
- 6.3.1.12 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 6.3.1.13 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

- 6.3.1.14 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 6.3.1.15 Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de uniformes personalizados ou crachás;
- 6.3.1.16 Apresentar à contratante a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para levantamento de informações e execução dos serviços;
- 6.3.1.17 Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;
- 6.3.1.18 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas Internas da contratante;
- 6.3.1.19 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a contratada relatar à contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 6.3.1.20 A execução dos serviços e procedimentos aqui descritos, e nos anexos, serão de total responsabilidade da CONTRATADA, independentemente dos horários de trabalho (diurnos, noturnos, dias úteis ou fins de semana e feriados) e de materiais complementares, sem nenhum custo extraordinário à CONTRATANTE além daqueles contratados;
- 6.3.1.21 Apresentar todas as documentações exigidas, sendo entre estes os atestados de capacidade técnica e as anotações de responsabilidade técnica;
- 6.3.1.22 Utilizar todos os EPIs necessários para a plena segurança dos trabalhadores da contratada.
- 6.3.1.23 Cobrar da manutenção do canteiro de obras sempre limpo e organizado;
- 6.3.1.24 Acompanhar a aplicação das práticas de sustentabilidade, realizando o descarte correto de resíduos da construção civil;
- 6.3.1.25 Fiscalizar a realização diária de DDS no canteiro de obras, para manutenção da segurança e conscientização dos trabalhadores sobre os riscos ocupacionais e prevenção de acidentes;
- 6.3.1.26 Manter o diário de obras sempre atualizado para conferência da fiscalização da contratante, acerca dos serviços executados diariamente;
- 6.3.1.27 Paralisar, por determinação da contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica;
- 6.3.1.28 Acompanhar a realização do pleno atendimento aos empregados em caso de acidente de trabalho, concomitante a abertura de CAT e comunicação desta a contratante;
- 6.3.1.29 Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da contratante;





- 6.3.1.30 Fiscalizar a execução de todos os serviços estabelecidos no mês para realização da medição daquela etapa da obra;
- 6.3.1.31 Fiscalizar a utilização de materiais de acordo com o especificado no memorial descritivo, com possibilidade de rejeição da contratante, em caso de não atendimento ao definido no documento técnico;
- 6.3.1.32 Fiscalizar a execução de todos os serviços de acordo com o estabelecido no caderno de especificações técnicas, com possibilidade de rejeição dos serviços pela contratante, caso constatado pela fiscalização em vistoria, erros ou vícios construtivos oriundos do não atendimento ao definido no respectivo documento técnico;
- 6.3.1.33 Executar as medições mensais da obra, realizando e apresentando a fiscalização ou comissão do contrato, as planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro atualizados, relatório fotográfico das atividades executadas, relatório de ocorrências e apontamentos do IMR mensais, diário de obras preenchidos e assinados;
- 6.3.1.34 Cumprir com a carga horária diária, semanal e mensal para execução do cronograma de execução da fiscalização; e
- 6.3.1.35 Manter a fiscalização ou comissão do contrato, sempre atualizada de todas as atividades, serviços e acontecimentos durante o decorrer de toda obra.
- 6.3.2 Das obrigações modalidade civil
  - 6.3.2.1 Analisar, interpretar e cobrar a execução dos projetos pertinentes a modalidade;
  - 6.3.2.2 Acompanhar serviços de montagem e desmontagem de canteiro de obra, com alocação de tapumes, placas de obra, banheiros químicos, containers, ligações elétricas e hidrossanitárias provisórias;
  - 6.3.2.3 Acompanhar a desmontagem de estruturas existentes na edificação;
  - 6.3.2.4 Fiscalizar demolição de muros e paredes existentes na edificação;
  - 6.3.2.5 Acompanhar serviços de aberturas e fechamento de valas;
  - 6.3.2.6 Acompanhar atividades de concretagem e controle de qualidade, verificando se necessário o mapeamento da entrega e despejo do concreto, ensaios de *slump test*, *flow test*, horários de início e fim de concretagem;
  - 6.3.2.7 Acompanhar serviços de montagem e desmontagem de formas;
  - 6.3.2.8 Fiscalizar a montagem de estruturas metálicas e seus componentes;
  - 6.3.2.9 Acompanhar atividades de concepção de fundações rasas e profundas, pilares, vigas e lajes com relação aos tipos de aço empregados, cobrimentos, armaduras longitudinais, transversais e afins;
  - 6.3.2.10 Fiscalizar a armação e distribuição de sistemas de cimbramentos e utilização de contra flechas em elementos estruturais;
  - 6.3.2.11 Fiscalizar a execução de paredes e painéis, de acordo com seus acabamentos e juntas entre blocos;



- 6.3.2.12 Fiscalizar a execução de sistemas de impermeabilização em geral;
- 6.3.2.13 Fiscalizar a execução de sistema de coberturas;
- 6.3.2.14 Acompanhar a execução de contrapisos, pisos, pisos elevados e revestimentos, analisando os materiais empregados e espaçamentos das juntas;
- 6.3.2.15 Fiscalizar instalações hidrossanitárias, verificando inclinações, singularidades, tubulações, prumadas, caixas de passagem, caixas de gordura, caixa de esgoto, caixa pluvial, reservatório e demais elementos pertinentes a este serviço;
- 6.3.2.16 Fiscalizar instalações de esquadrias de forma geral;
- 6.3.2.17 Fiscalizar instalações de prevenção contra incêndio e pânico, com verificação de hidrantes, tubulações, prumadas, caixas de passagem, mangueiras, casa de bombas, entre outras atividades pertinentes à área;
- 6.3.2.18 Fiscalizar instalação de louças e metais, analisando a execução e os materiais empregados;
- 6.3.2.19 Fiscalizar a execução do SPDA de forma geral; e
- 6.3.2.20 Fiscalizar execução dos sistemas de acabamentos de forma geral;
- 6.3.2.21 Acompanhar a execução de serviços de acessibilidade e paisagismo, com emprego de rampas de acesso, inclinações, pisos, corrimões, escadas e passarelas; e
- 6.3.2.22 Fiscalizar e acompanhar as demais atividades relacionadas a modalidade civil, no qual for de atribuição da respectiva área.
- 6.3.3 Das obrigações modalidade elétrica
  - 6.3.3.1 Analisar, interpretar e cobrar a execução dos projetos pertinentes a modalidade;
  - 6.3.3.2 Fiscalizar execução de serviços de instalações elétricas, sendo estes os fios, cabos, disjuntores, quadros de distribuição, tomadas, caixas de passagem, sistema de iluminação e demais serviços a serem empregados basicamente;
  - 6.3.3.3 Acompanhar a execução de instalações do sistema de energia solar de forma geral, verificando inversores, *strings*, disjuntores, placas solares, arranjo de placas e tubulações;
  - 6.3.3.4 Acompanhar a execução de instalações do sistema de grupo gerador, verificando a execução de toda infraestrutura de cabeamento, tipo de cabeamento, QTA, de mais atividades pertinentes a atividade;
  - 6.3.3.5 Acompanhar as instalações do sistema de som, vídeo, controle de acesso e CFTV;
  - 6.3.3.6 Fiscalizar a mudança de local do QGBT, analisando a execução da nova infraestrutura;
  - 6.3.3.7 Fiscalizar a execução do cabeamento estruturado de lógica, de forma geral;
  - 6.3.3.8 Fiscalizar a execução do sistema de entrada e transformação de energia, com novo sistema de subestação; e
  - 6.3.3.9 Fiscalizar as demais atividades relacionadas a modalidade elétrica, ao qual for de atribuição da respectiva área.

6.3.4 Das obrigações modalidade mecânica

- 6.3.4.1 Analisar, interpretar e cobrar a execução dos projetos pertinentes a modalidade;
- 6.3.4.2 Fiscalizar a execução do sistema de condicionamento de ar e infraestrutura, analisando a instalação das condensadoras, evaporadoras, linhas líquidas, linhas de sucção e tubulações de cobre e alumínio empregadas;
- 6.3.4.3 Fiscalizar a execução do sistema de exaustão e renovação de ar; e
- 6.3.4.4 Fiscalizar as demais atividades relacionadas a modalidade mecânica, ao qual for de atribuição da área.

6.4 Das obrigações da CONTRATANTE:

- 6.4.1 A contratante deverá realizar todos os procedimentos para a prática das boas condutas do processo licitatório e contratação, tendo como base de apoio a fiscalização técnica e a gestão de contrato.
- 6.4.2 A relação mútua entre a contratante e a contratada serão mantidas por intermédio da fiscalização técnica e gestão do contrato, a qual irá exercer ação de fiscalização dos trabalhos, durante todo o período de sua execução.
- 6.4.3 Essa fiscalização e gestão de contrato serão executadas por empregados públicos, designados pela presidente do conselho.
- 6.4.4 O **fiscal técnico** deverá verificar as seguintes obrigações:
  - a) Cobrar da contratada a realização dos trabalhos, para serem executados dentro do prazo pré-estabelecido neste termo de referência;
  - b) Aprovar, previamente, os documentos apresentados pela contratada;
  - c) Inspecionar os serviços em sua totalidade;
  - d) Atender prontamente a qualquer consulta formulada, desde que pertinentes, e solicitar o seu registro, pela contratada, via canais oficiais de comunicação;
  - e) Acompanhar a execução do objeto, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conforme art. 22, inc. VI do Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022;
  - f) Identificar qualquer inexecução ou irregularidade, emitindo notificações para a correção da execução do contrato, além de determinar prazo para o mesmo, embasando-se pelo art. 22, inc. III do Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022;
  - g) No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, comunicar o fato imediatamente ao gestor do contrato;
  - h) Avaliar qualquer solicitação para a modificação no cronograma de entrega, execução de serviços extraordinários, ou outra alteração;

- i) O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual;
- j) Deverá ser observado as ocorrências e atividades elaboradas durante cada etapa de obra, para avaliação das medições mensais;
- k) Recusar os bens que apresentarem vício de qualidade ou impropriedade para o uso, e também quando entregues em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios deste termo de referência.

6.4.5 O **Gestor de contrato** deverá verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário, além de:

- a) Acompanhar os registros realizados pelos fiscais técnicos, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;
- b) Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
- c) Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal técnico, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;
- d) Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso; e
- e) Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 6.5 Da apresentação da ART/RRT

6.5.1 Quando da execução do objeto licitado, a empresa através de seu correspondente Responsável Técnico, deverá realizar a emissão da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART do Crea ou Registro de Responsabilidade Técnica - RRT do CAU;

6.5.2 A descrição da ART ou RRT deverá contemplar todas as atividades que serão executadas;

- 6.5.3 **Todos os serviços, respeitando-se as suas modalidades e atribuições, sejam estas na área de Arquitetura e Urbanismo ou Engenharia (s), deverão possuir ART ou RRT;**
- 6.5.4 A ART ou RRT deverá ser emitida, em até 5 (cinco) dias úteis, pela empresa contratada após a emissão da Ordem de Serviço - OS; e
- 6.5.5 Todos os documentos a serem emitidos ficarão sob responsabilidade da contratada, sem ônus a contratante.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA**  
**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

**7. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

7.1. As medições para pagamento dos serviços executados deste objeto, se darão conforme os valores referenciados na proposta orçamentária apresentada pela contratada, durante o processo licitatório.

7.2. Estas deverão respeitar, as seguintes proporções e valores estabelecidos no cronograma de execução da obra:

**Quadro 07 - Proporções de medição**

ITEM	SERVIÇOS	VALOR DOS SERVIÇOS	PESO (%)	MÊS 01			MÊS 02			MÊS 03			MÊS 04			MÊS 05		
				VLR. MEDIDO (R\$)	% SIMPL.	% ACUMUL.	VLR. MEDIDO (R\$)	% SIMPL.	% ACUMUL.	VLR. MEDIDO (R\$)	% SIMPL.	% ACUMUL.	VLR. MEDIDO (R\$)	% SIMPL.	% ACUMUL.	VLR. MEDIDO (R\$)	% SIMPL.	% ACUMUL.
1.	SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRA																	
1.1.1	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	R\$ 78.331,20	55,56%	R\$ 7.833,12	10,00%	10,00%	R\$ 7.833,12	10,00%	20,00%	R\$ 7.833,12	10,00%	30,00%	R\$ 7.833,12	10,00%	40,00%	R\$ 7.833,12	10,00%	50,00%
1.2.1	ENGENHEIRO ELETRICISTA DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	R\$ 39.165,60	27,78%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.3.1	ENGENHEIRO MECÂNICO DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	23.499,36	16,67%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VALOR MENSAL (R\$)		R\$ 140.996,16	100,00%	R\$ 7.833,12	5,56%	5,56%	R\$ 7.833,12	5,56%	11,11%	R\$ 7.833,12	5,56%	16,67%	R\$ 7.833,12	5,56%	22,22%	R\$ 7.833,12	5,56%	27,78%
VALOR ACUMULADO (R\$)				R\$ 7.833,12			R\$ 15.666,24			R\$ 23.499,36			R\$ 31.332,48			R\$ 39.165,60		
ITEM	SERVIÇOS	VALOR DOS SERVIÇOS	PESO (%)	MÊS 06			MÊS 07			MÊS 08			MÊS 09			MÊS 10		
				VLR. MEDIDO (R\$)	% SIMPL.	% ACUMUL.	VLR. MEDIDO (R\$)	% SIMPL.	% ACUMUL.	VLR. MEDIDO (R\$)	% SIMPL.	% ACUMUL.	VLR. MEDIDO (R\$)	% SIMPL.	% ACUMUL.	VLR. MEDIDO (R\$)	% SIMPL.	% ACUMUL.
1.	SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRA																	
1.1.1	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	R\$ 78.331,20	55,56%	R\$ 7.833,12	10,00%	60,00%	R\$ 7.833,12	10,00%	70,00%	R\$ 7.833,12	10,00%	80,00%	R\$ 7.833,12	10,00%	90,00%	R\$ 7.833,12	10,00%	100,00%
1.2.1	ENGENHEIRO ELETRICISTA DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	R\$ 39.165,60	27,78%	R\$ 7.833,12	20,00%	20,00%	R\$ 7.833,12	20,00%	40,00%	R\$ 7.833,12	20,00%	60,00%	R\$ 7.833,12	20,00%	80,00%	R\$ 7.833,12	20,00%	100,00%
1.3.1	ENGENHEIRO MECÂNICO DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	23.499,36	16,67%							R\$ 7.832,34	33,33%	33,33%	R\$ 7.832,34	33,33%	66,66%	R\$ 7.834,69	33,34%	100,00%
VALOR MENSAL (R\$)		R\$ 140.996,16	100,00%	R\$ 15.666,24	11,11%	38,89%	R\$ 15.666,24	11,11%	50,00%	R\$ 23.498,58	16,67%	66,67%	R\$ 23.498,58	16,67%	83,33%	R\$ 23.500,93	16,67%	100,00%
VALOR ACUMULADO (R\$)				R\$ 54.831,84			R\$ 70.498,08			R\$ 93.996,66			R\$ 117.495,23			R\$ 140.996,16		

Fonte - ETP

Rua Sebastião Taveira, 268, Bairro São Francisco • CEP 79010-480 • Campo Grande - MS

Fone: 0800 368 1000 • Site: [www.creams.org.br](http://www.creams.org.br) • E-mail: [creams@creams.org.br](mailto:creams@creams.org.br)



- 7.3. Nenhuma medição poderá ser realizada, sem que esta esteja concluída efetivamente e comprovada através do cronograma de execução e planilha orçamentária.
- 7.4. Para execução da medição da empresa de fiscalização, esta deverá entregar a comissão de fiscalização do contrato da obra:
- a) Planilha orçamentária do mês da obra;
  - b) Cronograma físico-financeiro do mês da obra;
  - c) Relatório fotográfico dos serviços executados para comprovação;
  - d) Memória de cálculo dos serviços executados, se necessário;
  - e) Diário de obra mensal, devidamente assinado; e
  - f) Relatório de ocorrências mensais do IMR da obra, se necessário.
- 7.5. Nenhuma medição será realizada pela contratante durante a obra, em caso da não entrega por completa dos serviços pré-estabelecidos no cronograma físico-financeiro proposto;
- 7.6. Ainda sobre a análise da fiscalização acerca da medição dos serviços executados por etapas, estes serão analisados também com relação ao atendimento do **Instrumento de Medição de Resultado - IMR**, visando avaliar o desempenho da contratada durante a execução do objeto;
- 7.7. Para isso, foram estabelecidos os seguintes parâmetros de avaliação:
- 7.7.1. Das reduções de medição de pagamento por ocorrência:

Quadro 08 - IMR da Fiscalização

OCORRÊNCIA	OBSERVAÇÃO	AVALIAÇÃO	REDUÇÃO (%)
Não comparecimento para fiscalização da obra, sem atendimento a carga horária contratada.	Mensal	( ) Não ocorrido ( ) Ocorrido	( ) 0,00 ( ) 1,00
Funcionários sem utilização de EPI.		( ) Não ocorrido ( ) Ocorrido	( ) 0,00 ( ) 1,00
Funcionários sem utilização de uniformes e/ou identificação.		( ) Não ocorrido ( ) Ocorrido	( ) 0,00 ( ) 1,00
Não atendimento as demandas e exigências da fiscalização do contrato, por mais de uma vez.		( ) Não ocorrido ( ) Ocorrido	( ) 0,00 ( ) 2,00
Erros na execução da obra, provenientes da falta de fiscalização dos serviços executados.		( ) Não ocorrido ( ) Ocorrido	( ) 0,00 ( ) 2,00
Atraso na entrega dos serviços elencados no item 7.4, em 1 dia útil, sem prévia justificativa a administração.		( ) Não ocorrido ( ) Ocorrido	( ) 0,00 ( ) 1,00
Atraso na entrega dos serviços elencados no item 7.4, entre 2 e 3 dias úteis, sem prévia justificativa a administração.		( ) Não ocorrido ( ) Ocorrido	( ) 0,00 ( ) 2,00
Atraso na entrega dos serviços elencados no item 7.4, acima de 3 dias úteis, sem prévia justificativa a administração.		( ) Não ocorrido ( ) Ocorrido	( ) 0,00 ( ) 3,00
REDUÇÃO MÁXIMA			13.00%

Fonte - In Loco

- 7.7.2. O total de desconto sobre o valor à ser medido mensalmente, pode ser de no máximo 13,00%.
- 7.7.3. Quando estes percentuais forem ultrapassados, deverá ser estudado pela administração a possível caracterização de inexecução parcial, o que implicará na abertura de processo administrativo para averiguação de descumprimento contratual.

- 7.7.4. A avaliação de cada obrigação contida nas etapas deverá ser comprovada através de relatório fotográfico, e-mails, ofícios ou qualquer outro documento que demonstre a falta de adimplemento da contratada com a obrigação assumida.
- 7.7.5. As justificativas para o não cumprimento das obrigações das etapas serão avaliadas pela fiscalização.
- 7.7.6. Para obtenção das ocorrências e obrigações constantes neste IMR, foram apuradas pela equipe de planejamento as atividades mais relevantes ou críticas que impliquem na qualidade da prestação dos serviços e nos resultados esperados.
- 7.8. Respeitando-se os prazos vigentes, a fiscalização analisará os documentos fornecidos e suas devidas conformidades com o grau de qualidade e caráter técnico esperado.
- 7.9. Após entrega de todos os serviços das devidas etapas pela contratada a contratante, a fiscalização terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para análise e liberação da emissão da nota fiscal de pagamento.
- 7.10. Caso exista alguma inconformidade com os serviços entregues, a fiscalização apontará os mesmos, tendo a contratada o prazo de até 10 (dez) dias para ajustes finais.
- 7.11. Sanadas todas as pendências, a contratante receberá a Nota Fiscal e os demais documentos exigidos pela administração da contratante, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 7.12. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
  - 7.12.1. O prazo de validade;
  - 7.12.2. A data da emissão;
  - 7.12.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;
  - 7.12.4. O período respectivo de execução do contrato;
  - 7.12.5. O valor a pagar;
  - 7.12.6. Conta bancária para depósito; e
  - 7.12.7. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.13. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;
- 7.14. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;



- 7.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante;
- 7.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;
- 7.17. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa;
- 7.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF;
- 7.19. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022;
- 7.20. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado;
- 7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;
- 7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;
- 7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **8. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

- 8.1 Esta contratação terá como base o Estudo Técnico Preliminar e será do tipo indireta por meio de licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, critério de julgamento de MENOR PREÇO POR GRUPO e regime de execução por EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

- 8.2 A referência orçamentária também se baseou nos projetos e planilhas orçamentárias elaboradas pela empresa contratada Econômica Engenharia e Obras LTDA (contrato n. 006/2025), além da base SINAPI/MS de 10/2025.
- 8.3 Para os fins de exigência de habilitação e execução do contrato, o interessado na execução dos serviços deverá apresentar as seguintes comprovações:
- 8.3.1 **Quanto a habilitação jurídica**
- 8.3.1.1 **Pessoa física:** não será admitida a participação de pessoas físicas, haja vista que a presente contratação exige capital social mínimo e estrutura mínima, com equipamentos e corpo técnico para a execução do objeto incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física;
- 8.3.1.2 **Empresário individual:** Inscrição no registro público de empresas mercantis, a cargo da junta comercial da respectiva sede;
- 8.3.1.3 **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.3.1.4 **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.3.1.5 **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.
- 8.3.1.6 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.3.1.7 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 8.3.1.8 **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

- 8.3.1.9 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 8.3.2 **Quanto a habilitação fiscal, social e trabalhista**
- 8.3.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- 8.3.2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.3.2.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.3.2.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.3.2.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.3.2.6 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.3.2.7 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei; e
- 8.3.2.8 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- 8.3.3 **Quanto a qualificação econômico-financeira**
- 8.3.3.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, art. 69, inciso II);
- 8.3.3.2 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
- 8.3.3.3 Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

- 8.3.3.4 As empresas criadas no exercício financeiro deste certame deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;
- 8.3.3.5 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 8.3.3.6 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 8.3.3.7 Caso a empresa contratada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.
- 8.3.3.8 As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, 1º de abril de 2021, art. 65, §1º).
- 8.3.3.9 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
- 8.3.4 **Quanto a qualificação técnica**
- 8.3.4.1 Declaração de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação;
- 8.3.4.2 Termo de Vistoria emitido pelo Crea-MS, conforme subitem 4.6 do Termo de Referência ou Declaração de que conhece as condições para a execução do objeto e entrega do bem;
- 8.3.4.2.1 A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do contratado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;
- 8.3.4.3 Certidão de Registro/Inscrição/Visto e Regularidade da contratada emitida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) de sua sede/domicílio, dentro de seu prazo de validade, com a indicação do profissional - Responsável Técnico habilitado e em dia com suas obrigações:
- a) Quando da contratação, e como condição para tanto, a vencedora do presente certame, se empresa de engenharia registrada em outro Crea que não o Crea-MS, deverá providenciar o seu registro/visto para execução perante o Crea-MS no prazo máximo de 10 (dez) dias, podendo este prazo ser prorrogado por igual período deste que devidamente justificado e aceito pelo Crea-MS;

- b) Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa contratada, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com a empresa concorrente, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o ofertante se sagre vencedor deste certame, conforme Acórdãos n. 667/2009-Primeira Câmara e n. 2607/2011-Plenário;
  - c) No decorrer da execução dos serviços, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 67, § 6º, da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela administração; e
  - d) Quando da contratação, e como condição para tanto, o profissional do quadro técnico da empresa vencedora do certame, constante da (s) CAT (s) apresentada (s), se registrado em Crea de outro Estado da Federação, deverá providenciar o seu visto profissional junto ao Crea-MS.
- 8.3.4.4 Para execução deste objeto, tendo como base os diversos serviços a serem contratados, a empresa deverá possuir no mínimo em seu quadro técnico:
- a) Serviços na modalidade Civil: Engenheiro (a) Civil ou Arquiteto (a) e Urbanista;
  - b) Serviços na modalidade Elétrica: Engenheiro (a) Eletricista; e
  - c) Serviços na modalidade Mecânica: Engenheiro (a) Mecânico.
- 8.3.4.5 No caso da comprovação técnica, deverão ser apresentados para efeito de qualificação quando relacionados aos serviços a serem contratados da planilha orçamentária, a capacidade técnica-profissional (CAT).
- 8.3.4.6 Desta forma, demonstra-se abaixo as exigências para devida comprovação técnica:
- a) Serão analisadas as certidões de Acervo Técnico específicas de prestação de serviços similares e afins em nome dos profissionais do quadro técnico da licitante, emitidos por órgãos e/ou entidades públicas e/ou privadas, e o competente registro junto a entidade de classe;
  - b) Será necessário demonstrar e comprovar pela licitante na certidão, ou no atestado registrado que acompanha a certidão, de forma clara e objetiva quando do registro, os serviços já executados pela mesma, sendo estes análogos ao que se solicita neste certame;
  - c) Cabe ainda esclarecer que, nos moldes do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, é facultado às interessadas apresentarem documentos como contratos de

prestação de serviços firmados, com o objetivo de reforçar a veracidade e a consistência das informações constantes nos atestados técnicos, o que não desobriga a apresenta-los;

- d) Além disto, enfatiza-se que durante o processo licitatório, todas as comprovações técnicas apresentadas pelas interessadas serão recebidas e analisadas pela comissão de licitação, e conforme o caso, solicitadas diligências para apresentação de informações adicionais que corroborem com o que se pede conforme Acórdão n. 7477/2024 - Segunda Câmara, Relator Marcos Bemquerer, visando de forma geral o deferimento ou indeferimento das documentações;
- e) Todos os atestados deverão estar registrados pelo CREA ou CAU para validação;
- f) Assim, deverão ser comprovados:

**Quadro 09** - Pontuação experiência da empresa

MODALIDADE CIVIL			
MEMBRO DA EQUIPE			
ENGENHEIRO (A) CIVIL OU ARQUITETO (A) E URBANISTA			
REQUISITOS MÍNIMOS EXIGIDOS			
a) GRADUAÇÃO SUPERIOR EM ENGENHARIA CIVIL OU ARQUITETURA E URBANISMO; b) POSSUIR CERTIDÃO DE REGISTRO PROFISSIONAL JUNTO AO CREA OU CAU; c) POSSUIR CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM REGISTRO DE ATESTADO, EXPEDIDO PELO CREA OU CAU; E d) PERTENCER AO QUADRO TÉCNICO DA LICITANTE, NA FORMA DA LEI.			
COMPROVAÇÃO	TIPO DE ATESTADO	UNIDADE	QUANTIDADE
01.	FISCALIZAÇÃO, EXECUÇÃO OU DIREÇÃO DE OBRAS <b>COMERCIAIS</b> EM <b>CONCRETO ARMADO</b> .	M2	500,00

MODALIDADE ELÉTRICA			
MEMBRO DA EQUIPE			
ENGENHEIRO (A) ELETRICISTA			
REQUISITOS MÍNIMOS EXIGIDOS			
a) GRADUAÇÃO SUPERIOR EM ENGENHARIA ELÉTRICA; b) POSSUIR CERTIDÃO DE REGISTRO PROFISSIONAL JUNTO AO CREA; c) POSSUIR CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM REGISTRO DE ATESTADO, EXPEDIDO PELO CREA; E d) PERTENCER AO QUADRO TÉCNICO DA LICITANTE, NA FORMA DA LEI.			
COMPROVAÇÃO	TIPO DE ATESTADO	UNIDADE	QUANTIDADE
01.	FISCALIZAÇÃO, EXECUÇÃO OU DIREÇÃO DE <b>INSTALAÇÕES ELÉTRICAS</b> PARA OBRAS <b>COMERCIAIS</b> .	M2	500,00

MODALIDADE MECÂNICA			
MEMBRO DA EQUIPE			
ENGENHEIRO (A) MECÂNICO			
REQUISITOS MÍNIMOS EXIGIDOS			
a) GRADUAÇÃO SUPERIOR EM ENGENHARIA MECÂNICA; b) POSSUIR CERTIDÃO DE REGISTRO PROFISSIONAL JUNTO AO CREA; c) POSSUIR CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM REGISTRO DE ATESTADO, EXPEDIDO PELO CREA; E d) PERTENCER AO QUADRO TÉCNICO DA LICITANTE, NA FORMA DA LEI.			
COMPROVAÇÃO	TIPO DE ATESTADO	UNIDADE	QUANTIDADE
01.	FISCALIZAÇÃO, EXECUÇÃO OU DIREÇÃO DE OBRAS EM EDIFICAÇÕES <b>COMERCIAIS</b> PARA <b>INSTALAÇÕES DE AR CONDICIONADO</b> .	TR	16,00

Fonte - Crea-MS

- 8.3.4.7 A cargo desta administração, os serviços que forem subcontratos, respeitando-se os itens permitidos neste documento técnico, poderão receber a exigência de apresentação de comprovação de qualificação técnica por meio de certidões e



atestados, anteriormente ao início da realização dos serviços licitados, conforme § 9º do art. 67 da Lei nº 14.1333, de 1º de abril de 2021.

8.3.4.8 Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:

- a) Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas; e
- b) Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

8.3.4.9 Na hipótese do item anterior, para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio.

8.3.4.10 Na documentação de que trata o inciso I, do art. 67 da Lei nº 14.1333, de 1º de abril de 2021, não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da lei supracitada, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

## 9. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 9.1 O valor teto estimado para a presente contratação será de **R\$ 140.996,16 (Cento e quarenta mil e novecentos e noventa e seis reais e dezesseis centavos)**, obtido conforme planilha orçamentária elaborada no ETP deste termo de referência.
- 9.2 Durante a vigência do contrato, os preços serão reajustáveis anualmente conforme índice IPCA.



## 10. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Crea-MS, para o exercício 2026, conforme quadro a seguir:

Quadro 10 - Dotações orçamentárias

ITENS DA PLANILHA DE ORÇAMENTO ESTIMATIVO: 2026	
CONTA CONTÁBIL	6.2.2.1.1.01.04.09.022 - Demais Serviços Profissionais
CENTRO DE CUSTO:	3.04.11.013 - DSI/ SEDE - Manutenção de Bens Imóveis

Fonte - Siscont.Net

- 10.2 Se necessário, a dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

- 11.1 O presente Termo de Referência buscou apresentar as condições mínimas exigidas para formulação de propostas, com vistas à execução dos serviços apontados.
- 11.2 Assim como explanado no Estudo Técnico Preliminar e enfatizado neste Termo de Referência, esta contratação impactará diretamente na qualidade e bem-estar dos transeuntes que utilizam os espaços da sede do Crea-MS.

Eng. Civ. Seg. Trab. WILLIAN TEIXEIRA LIMA DA SILVA  
Gerente de Suporte e Infraestrutura

Eng. Agr. Seg. Trab. JASON B. B. OLIVEIRA  
Superintendente Técnico

Considerando a importância dos serviços para o Crea-MS e em face das justificativas apresentadas, aprovo o presente documento.

Eng. Agrim. VÂNIA ABREU DE MELLO  
Presidente do Crea-MS



Documento assinado eletronicamente por **Willian Teixeira Lima da Silva, Gerente**, em **28/05/2026**, às **15:44**, conforme horário oficial de Campo Grande, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [DECRETO Nº 10.543, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2020](#)



Documento assinado eletronicamente por **JASON BRAIS BENITES DE OLIVEIRA, Superintendente**, em **28/05/2026**, às **16:00**, conforme horário oficial de Campo Grande, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [DECRETO Nº 10.543, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2020](#)



Documento assinado eletronicamente por **VANIA ABREU DE MELLO, Presidente**, em **28/05/2026**, às **16:19**, conforme horário oficial de Campo Grande, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [DECRETO Nº 10.543, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2020](#)



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026**  
**ANEXO II – MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS**  
**(Processo Administrativo nº P2025/063078-2)**

Ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Mato Grosso do Sul

Ref. Pregão Eletrônico nº 90001/2026 | Processo Administrativo P2025/063078-2

**Dados da empresa:**

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Endereço Eletrônico (e-mail):

Telefone:

Banco:

Agência:

C/C:

**Dados do Representante Legal, responsável pela assinatura do contrato:**

Nome:

Função:

RG:

Órgão Emissor/UF:

CPF:

Telefone:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD.	VL. UNIT.	VL. TOT.
1	<b>Fiscalização e acompanhamento</b> da obra de reforma do novo bloco 04 da sede do Crea-MS em Campo Grande, por <b>Engenheiro (a) Civil ou Arquiteto (a) e Urbanista</b> na modalidade civil.	Horas	480,00	R\$	R\$
2	<b>Fiscalização e acompanhamento</b> da obra de reforma do novo bloco 04 da sede do Crea-MS em Campo Grande, por <b>Engenheiro (a). Eletricista</b> na modalidade elétrica.	Horas	240,00	R\$	R\$
3	<b>Fiscalização e acompanhamento</b> da obra de reforma do novo bloco 04 da sede do Crea-MS em Campo Grande, por <b>Engenheiro (a). Mecânico (a)</b> na modalidade mecânica.	Horas	144,00	R\$	R\$

**VALOR TOTAL PARA O GRUPO: R\$ ..... (.....).**

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no edital e seus anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no termo de referência.

1. Propomos fornecer os objetos desta licitação, previstos na proposta apresentada, no edital e no contrato, obedecendo às estipulações do correspondente edital e asseverando que:
  - a) Observaremos, integralmente, as normas existentes e aplicáveis quanto ao fornecimento do objeto desta licitação, e em caso de divergência dos preços apresentados em algarismos e por extenso, prevalecerá este último.
  - b) Responsabilizamo-nos pela substituição ou indenização pecuniária do objeto contratado caso venham apresentar qualquer deficiência.
  - c) Declaramos que as incidências fiscais e demais encargos serão por conta da CONTRATADA, inclusive todas as despesas de transporte, alimentação, seguros, tributos de qualquer natureza ou espécie, necessários ao perfeito fornecimento da prestação dos serviços objeto desta licitação, valendo o silêncio ou a omissão como aceitação integral desta condição.
  - d) Declaramos que, no caso de inadimplência em relação aos encargos estabelecidos no item anterior, o Crea-MS não ficará, em hipótese alguma, responsável por seu pagamento, nem será onerado o objeto do contrato, valendo o silêncio ou a omissão como aceitação integral desta condição.
  - e) Declaramos que no preço proposto estão incluídas todas as despesas com salários e/ou honorários, administração, encargos sociais e trabalhistas, taxas, impostos, transportes diversos, seguros, emolumentos, provisões de remuneração e demais encargos inerentes ao objeto deste edital.
  - f) Declaramos aceitação e submissão a todas as condições deste Edital, bem como o compromisso formal de execução do objeto da Licitação, de acordo com o(s) projeto(s) e especificação(ões) técnica(s) que faz(em) parte deste Edital e pelo preço e condições propostas;
  - g) Declaramos que nos comprometemos a manter, durante todo o período de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital;
  - h) Declaramos que sob nenhuma hipótese serão feitas quaisquer cobranças adicionais de fornecimento / prestação de serviços ou sob quaisquer outras denominações.
2. O prazo de validade desta proposta é de **60 (sessenta) dias**.

3. Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemos a assinar o contrato no prazo determinado no documento de convocação.

....., ..... de ..... de 2026.

(ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE)



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA**  
**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026**

**ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO**

**(Processo Administrativo nº P2025/063078-2)**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 0XX/2026 QUE  
FAZEM ENTRE SI O CONSELHO REGIONAL DE  
ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MATO GROSSO  
DO SUL E A EMPRESA .....**

**O CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO MATO GROSSO DE SUL (CreaMS)**, autarquia federal de fiscalização da atividade profissional, inscrito na CNPJ nº 15.417.520/0001-71, com sede na Rua Sebastião Taveira, 268, São Francisco, na cidade de Campo Grande/MS, neste ato representado por sua Presidente, **Engenheira Agrimensora VÂNIA ABREU DE MELLO**, portadora da CI nº ..... e inscrita no CPF sob o nº ....., doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e a empresa ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., com sede à ....., neste ato representada por ....., portador da CI nº ..... e inscrito no CPF sob o nº ....., doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo nº P2025/063078-2 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90001/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a fiscalização e acompanhamento da execução da obra de revitalização e ampliação do novo bloco 04 da sede do Crea-MS, conforme condições e especificações descritas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QTD.	VL. UNIT.	VL. TOT.
1.	Fiscalização e acompanhamento da obra de reforma do novo bloco 04 da sede do Crea-MS em Campo Grande, por <b>Engenheiro (a) Civil ou Arquiteto (a) e Urbanista na modalidade civil.</b>	HORAS	480,00		



2.	<b>Fiscalização e acompanhamento</b> da obra de reforma do novo bloco 04 da sede do Crea-MS em Campo Grande, por <b>Engenheiro (a). Eletricista</b> na <b>modalidade elétrica</b> .	HORAS	240,00		
3.	<b>Fiscalização e acompanhamento</b> da obra de reforma do novo bloco 04 da sede do Crea-MS em Campo Grande, por <b>Engenheiro (a). Mecânico (a)</b> na <b>modalidade mecânica</b> .	HORAS	144,00		

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO LOCAL, DA FORMA E PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. Os serviços objeto deste contrato deverão ser executados na sede do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Mato Grosso do Sul – Crea-MS, localizada na Rua Sebastião Taveira, nº 268, Bairro São Francisco, em Campo Grande/MS, no local da obra do bloco 04.

2.2. A execução dos serviços ocorrerá de forma presencial, por meio da fiscalização e acompanhamento técnico da obra de reforma e ampliação do bloco 04, conforme especificações constantes no Termo de Referência, projetos e demais documentos técnicos, observando-se o cronograma físico-financeiro estabelecido.

2.3. A contratada deverá iniciar a execução dos serviços no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da emissão da Ordem de Serviço.

2.4. Os serviços deverão ser realizados, preferencialmente, nos seguintes horários:

2.4.1. Segunda a sexta-feira: das 07h às 17h;

2.4.2. Sábado: das 08h às 12h;

2.4.3. Podendo haver ajustes mediante autorização da Administração.

2.5. A execução deverá observar a carga horária e distribuição dos serviços por modalidade (civil, elétrica e mecânica), conforme previsto no Termo de Referência.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência da contratação é de 11 (onze) meses contados do(a) assinatura contratual, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

3.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

#### **4. CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

4.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, vinculado a este Contrato.

#### **5. CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO**

5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **6. CLÁUSULA SEXTA – PREÇO**

6.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....).

6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### **7. CLÁUSULA SÉTIMA– LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO**

7.1. O prazo para pagamento ao contratado será de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, observadas as condições, critérios e demais disposições constantes no Termo de Referência, vinculado a este Contrato, e na Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

#### **8. CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE**

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 19/12/2025.

8.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do CONTRATADO, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

- 8.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 8.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 8.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 8.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 8.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

- 9.1. São obrigações do CONTRATANTE, além das previstas no termo de referência:
- 9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;
  - 9.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
  - 9.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
  - 9.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
  - 9.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
  - 9.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;
  - 9.1.7. Cientificar a unidade responsável para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
  - 9.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.1.9. A Administração terá o prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 20 (vinte) dias.

9.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

9.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

10.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas, além das previstas no termo de referência:

10.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e a relação indicando representante técnico ou assistência autorizada sediada no Estado de Mato Grosso do Sul, responsável pela execução dos atendimentos e serviços previstos durante a vigência contratual e o período de garantia.

10.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990);

10.1.3. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.1.5. Manter, durante toda a execução contratual e por todo o período de garantia do produto, representante técnico ou assistência autorizada localizada no Estado de Mato Grosso do Sul, responsável pelo atendimento das demandas de assistência técnica, manutenção corretiva, fornecimento de peças e reparos no prazo previsto no Termo de Referência.

10.1.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.1.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.1.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

10.1.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE;

10.1.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

10.1.11. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

10.1.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

10.1.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#));

10.1.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#));

10.1.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#);

10.1.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA E DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

11.1. Os prazos de garantia e de assistência técnica e demais condições a eles referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, Edital da Licitação e eventuais anexos dos documentos supracitados, vinculado a este Contrato.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

12.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

12.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

12.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

12.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

12.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

12.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

12.7. O CONTRATADO deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

12.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

12.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

12.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

12.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

12.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

13.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), o CONTRATADO que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;



- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2. Serão aplicadas ao CONTRATADO que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o CONTRATADO der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#));
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#));
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#)).
- iv) **Multa:**
  - (1) Moratória de 0,5% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
  - (2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 14.1, de 5,0% a 10,0% do valor do Contrato.
  - (3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 14.1, de 5,0% a 10,0% do valor do Contrato.
  - (4) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 14.1, a multa será de 1,0% a 5,0% do valor do Contrato.
  - (5) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 14.1, a multa será de 1,0% a 2,5% do valor do Contrato.
  - (6) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 14.1, a multa será de 1,0% a 2,5% do valor do Contrato.

14.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#))

14.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#)).

14.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#))

14.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#)).

14.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.9. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.10. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

14.11. A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados, em

todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#)).

14.12. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([art. 161, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#))

14.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#).

14.14. Os débitos do CONTRATADO para com a Administração CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o CONTRATADO possua com o mesmo órgão ora CONTRATANTE, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

## **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

15.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

15.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

15.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

15.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

15.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

15.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

15.4.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

15.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

15.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

15.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

15.5.3. Indenizações e multas.

15.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021](#)).

15.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021).

## **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Crea-MS, para o exercício 2026, na dotação discriminada abaixo:

16.1.1. Conta: 6.2.2.1.1.01.04.09.022 - Demais Serviços Profissionais | Centro de Custo: 3.04.11.013 - DSI/ SEDE - Manutenção de Bens Imóveis.

16.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS**

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – ALTERAÇÕES**

18.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#).

18.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021).

18.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#).

## **19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – PUBLICAÇÃO**

19.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 16 de maio de 2012](#).

## **20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

20.1. O contrato será assinado digitalmente pelo CONTRATANTE e CONTRATADO, nos termos do Decreto n. 8.539, de 8 de outubro de 2015, que dispõe sobre o uso do meio eletrônico na realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

19.1.1. Para conferir a validade jurídica, a autenticidade do documento digital e o atributo de não repúdio referente à assinatura o usuário deverá utilizar um dos seguintes meios:

20.1.1.1. Assinatura eletrônica simples: a que permite identificar o seu signatário e que anexa ou associa dados a outros dados em formato eletrônico do signatário;

20.1.1.2. Assinatura eletrônica avançada: a que utiliza certificados não emitidos pela ICP-Brasil ou outro meio de comprovação da autoria e da integridade de documentos em forma eletrônica, desde que admitido pelas partes como válido ou aceito pela pessoa a quem for oposto o documento;

20.1.1.3. Assinatura eletrônica qualificada: a que utiliza certificado digital, nos termos do § 1º do art. 10 da Medida Provisória n. 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

20.1.2. A assinatura eletrônica simples, avançada e qualificada de documentos importa na aceitação das normas regulamentares sobre o assunto e na responsabilidade do usuário por sua utilização indevida.

20.1.3. Para poder efetivar as assinaturas eletrônicas, o CONTRATADO deverá efetivá-la diretamente no Portal de Serviços do Crea-MS, devendo, portanto, estar cadastrada nesse sistema.

## **21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – FORO**

21.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Campo Grande-MS, Seção Judiciária da comarca de Campo Grande/MS para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#).

Campo Grande-MS

**CONTRATADA**

**ENG. AGRIM. VÂNIA ABREU DE MELLO  
PRESIDENTE DO CREA-MS**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA**  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026 | PROCESSO Nº P2025/063078-2**

**ANEXO IV – MODELO DO TERMO DE CONFORMIDADE À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS  
PESSOAIS - LGPD**

(Razão Social do Terceiro), pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº (CNPJ), com sede na (Endereço), neste ato representada na forma de seu Contrato Social, **DECLARA**, sob pena de responsabilidade, que adota as seguintes medidas técnicas e operacionais com o objetivo de garantir a proteção dos dados pessoais por ela tratados, na forma da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei Federal nº 13.709/2018) e demais normas legais ou regulamentares aplicáveis, conforme descritivo abaixo:

QUESITOS DE ADEQUAÇÃO			
1	<b>AGENTE DE TRATAMENTO DE PEQUENO PORTE</b>  O terceiro enquadra-se no conceito de “Agente de Tratamento de Pequeno Porte”, nos termos do art. 2º, I, do Regulamento de Aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018), aprovado pela Resolução CD/ANPD nº 2, de 27 de janeiro de 2022.	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>
		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2	<b>ENCARREGADO DE DADOS OU CANAL DE COMUNICAÇÃO</b>  O terceiro dispõe de um Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais ou, caso seja enquadrado como Agente de Tratamento de Pequeno Porte, mantém um canal de comunicação destinado a: (i) receber reclamações e comunicações dos titulares, prestar esclarecimentos e adotar providências; (ii) receber comunicações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e adotar providências; (iii) orientar seus colaboradores e contratados quanto às práticas de proteção de dados pessoais; e (iv) executar as demais atribuições determinadas pelo Controlador ou previstas em normas complementares, nos termos do art. 41 da Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD).	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>
		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.1	<b>DADOS DO ENCARREGADO OU CANAL DE COMUNICAÇÃO</b>  Nome/Razão Social: _____  E-mail: _____		



	Telefone: _____		
<b>3</b>	<b>INVENTÁRIO DE DADOS</b>  O terceiro mantém registro das operações de tratamento de dados pessoais que realiza, em especial aquelas fundamentadas no legítimo interesse, em conformidade com padrões técnicos reconhecidos nacional e internacionalmente.	<b>SIM</b>  <input type="checkbox"/>	<b>NÃO</b>  <input type="checkbox"/>
<b>4</b>	<b>POLÍTICA DE PRIVACIDADE</b>  O terceiro dispõe de Política de Privacidade que estabelece as finalidades do tratamento, as bases legais aplicáveis, os métodos de coleta e segurança dos dados pessoais, os direitos dos titulares e a forma de seu exercício, bem como outras disposições relacionadas à proteção de dados pessoais.	<b>SIM</b>  <input type="checkbox"/>	<b>NÃO</b>  <input type="checkbox"/>
<b>5</b>	<b>SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO</b>  O terceiro adota medidas de segurança, tanto técnicas quanto administrativas, capazes de proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados e contra situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, em conformidade com padrões técnicos reconhecidos nacional e internacionalmente.	<b>SIM</b>  <input type="checkbox"/>	<b>NÃO</b>  <input type="checkbox"/>
<b>6</b>	<b>DEMAIS MEDIDAS DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS:</b>  (Caso possua outras medidas implementadas, listar abaixo)		

Caso tenha assinalado “SIM” para quaisquer dos itens listados acima, favor anexar os documentos comprobatórios que respaldem as respostas fornecidas ao presente Termo de Conformidade.

(Cidade)/(Estado), (dia) de (mês) de 20XX.

Representante Legal